

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.556, DE 2000

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências” para instituir a obrigatoriedade de uso da expressão “pessoas portadoras de deficiência” em placas, indicativos e demais sinalizações relativas a essas pessoas.

Autor: Deputado Celso Giglio

Relator: Deputada Lídia Quinan

I - RELATÓRIO

A proposição sob comento tem por objetivo incluir na Lei 7.853, de 1989, que trata do apoio aos portadores de deficiência, um artigo prevendo o uso obrigatório da expressão “pessoas portadoras de deficiência” em placas, indicativos e demais formas de sinalização para estes indivíduos.

O Autor justifica a iniciativa pela intenção de eliminar o uso de expressões preconceituosas como “deficiente físico”, que desvendam um laivo discriminatório. Assim, exige o emprego do termo adotado pela Constituição em toda forma de sinalização dirigida aos portadores de necessidades especiais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimentalmente previsto. Esta proposição será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em seguida à nossa Comissão de Seguridade Social e Família.

II - VOTO DO RELATOR

Esta iniciativa, embora simples, revela a profunda preocupação de preservar a dignidade de seres humanos menos afortunados, percentagem expressiva de nossa população. A exigência de que esta sinalização obedeça à expressão constitucionalmente consagrada e amplamente empregada na legislação é extremamente salutar como manifestação de respeito à cidadania.

Assim sendo, não há objeção alguma à plena adoção da proposta que ora analisamos. O voto é, pois, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 3.556, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputada Lídia Quinan
Relatora